

Servidores encaram até um ano na fila para conseguir aposentadoria

Além dos trabalhadores da rede privada, servidores públicos também aguardam na fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para conquistar a sonhada aposentadoria. Não fosse a demora, a quantidade de pedidos seria, pelo menos, 50% maior.

De acordo com dados do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), do Ministério da Economia – atualizados até o mês de novembro de 2019 -, 36.024 servidores se aposentaram nesse período de 11 meses. Se incluídos os profissionais das forças de segurança do Distrito Federal, a quantidade sobe para 37.667 funcionários. O número é quase o dobro do registrado em todo o ano de 2018 (18.837). No entanto, poderia ser bem maior se houvesse mão de obra suficientes para analisar os milhares de pedidos represados de aposentadoria do funcionalismo federal.

“Seria, no mínimo, 50% a mais”, garante Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Antes, segundo Silva, quando fazia o pedido para entrar para a inatividade, o tempo de espera era de aproximadamente um mês. Em alguns casos, tudo se concretizava dentro do órgão de origem em 15 dias. “Agora, com a junção dos ministérios do Trabalho, Emprego, Planejamento, Previdência e Fazenda para formar um único Ministério da Economia, tem gente esperando há mais de um ano e sem expectativa de solução no curto prazo. A resposta que recebem é de que não tem pessoal para analisar”, conta o secretário-geral da Condsef.

Sofrem mais, os servidores que alguma vez na vida, antes de tomarem posse na administração federal, trabalharam na iniciativa privada. “Nesse caso, é mais complicado ainda”, relata Sandro Alex de Oliveira Cezar, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CNTSS). “Eles precisam da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC). E o INSS demora mais de um ano para entregar”, reforça Cezar. Além da falta de pessoal, narra, há também o sério problema de lentidão do sistema de internet. “O governo criou uma série de projetos e programas, como o ‘Meu INSS’, por exemplo, e não atualizou os equipamentos. Portanto, sem servidores e sem internet, nada se resolve”, destaca.

Essa fuga em massa do serviço público, conta um técnico, não é apenas pelo perfil demográfico. “É lógico que o grande boom dos concursos foi em meados da década 1980. No início da década de 1990, foram bem menos. Portanto, com 25 ou 30 anos de serviço, a maioria já teria saído em 2015 e 2016. O problema é o assédio de diversas naturezas que vem atormentando o pessoal e também as novas regras na Previdência”, afirma a fonte. Nos cálculos do Ministério da Economia, agora, a tendência é diminuir: esse ano, em média, 25 mil servidores deverão passar para a inatividade. Especialistas, no entanto, garantem que a expectativa é de nova corrida para fora da administração federal nos próximos anos, até mesmo de quem não tem tempo de se aposentar. “Não vale mais à pena fazer concurso”, reforça a fonte.

As estatísticas

O PEP aponta que 21,82% das aposentadorias (7.859) foram de funcionários do Ministério da Saúde. O INSS vem em segundo lugar com 16,67% (6.007), seguido do Ministério da Economia (9,05% do total, ou

3.261 servidores), Ministério da Agricultura (3,98% e 1.427 profissionais). A maioria deses agora inativos é da Região Sudeste (12,683, ou 32,5%). No Nordeste, foram 9.964 (27,7%), Centro-Oeste, 5.063 (14,1%), Norte, 4.700 (13%) e Sul, 3.614 (10%). Os aposentados, na maioria, são homens (50,4%) e de nível intermediário (66%). Os ingressos (que inclui todos os tipos de vínculos), até novembro de 2019 chegou bem perto ao registrado em 2018.

Sem contar o GDF, 52.083 pessoas entraram para a administração federal. Com o GDF, chega a 53.431. Em 2018, ao longo dos 12 meses, foram 57.062 e 57.669, respectivamente. O gasto da União com pessoal foi de R\$ 291,34 bilhões, em 2019, até o mês de novembro. Com o GDF, a despesa cresceu para R\$ 302,95 bilhões. A maior remuneração de nível superior foi de R\$ 30.936,91 e a menor, de R\$ 2.236,31. No nível intermediário, os salários vão de R\$ 2.073,29 a R\$ 12.514,58. E no nível auxiliar, de R\$ 1.467,49 a R\$ 5.445,44.

Em reforma administrativa, Bolsonaro quer acabar com concurso público como forma de ingresso no serviço público; propõe ainda acabar com reajuste de salários retroativos

Em seu projeto de reforma administrativa, o governo Jair Bolsonaro quer proibir as promoções e progressões exclusivamente por tempo de serviço. A proposta também prevê que os concursos deixem de ser a porta de entrada para o serviço público. Outra medida é vedação das aposentadorias como forma de punição

O governo Jair Bolsonaro pretende acabar com o reajuste de salários retroativos, uma prática comum no serviço público do País. A mudança, prevista na reforma administrativa, atingirá as regras dos servidores da União, dos Estados e dos municípios. Também estão proibidas as promoções e progressões exclusivamente por tempo de serviço. De acordo com o Ministério da Economia, 11 Estados gastam com pessoal mais que o limite de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Juízes, procuradores e parlamentares ficarão de fora do alcance das medidas da reforma administrativa num primeiro momento.

A proposta prevê que os concursos deixem de ser a porta de entrada para o serviço público. Quem passar em concurso será efetivado como servidor público depois de um período trabalhando. Nessa fase, ele será avaliado para a aptidão ao cargo. O prazo para avaliação está sendo definido entre dois e três anos, de acordo com o jornal O Estado de S.Paulo. Nada muda na prova técnica do concurso.

Outra medida no projeto de reforma é vedação das aposentadorias como forma de punição. Atualmente, quando algum servidor público comete uma infração disciplinar, recebe uma "aposentadoria compulsória", com vencimentos proporcionais. Agora servidor pode ser desligado sem remuneração.

Atualmente, quem passa no concurso e se torna servidor efetivo faz antes um estágio probatório, no qual só 0,2% são desligados. Os demais 99,8% dos servidores que fazem o atual estágio probatório permanecem como servidor. A equipe econômica do governo também quer uniformizar férias de 30 dias para todos os servidores públicos brasileiros.

Centrais sindicais definem calendário de luta após primeira reunião do ano

Em reunião, realizada na última segunda-feira (27), na sede do Dieese, em São Paulo, dirigentes da CTB, CUT, Força Sindical, CGTB, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical (as 2 que levam esse nome) e UGT aprovaram calendário de luta para 2020. Entre eles, está previsto atos em agências do INSS, no dia 14 de fevereiro, em defesa da Previdência Social. Em março, haverá atividades nos dias 8 (Dia Internacional da Mulher) e 18 (mobilização em defesa do serviço público e das empresas estatais). Estão previstas ainda manifestações no Congresso.

Para Juruna, uma das questões centrais deste ano será em torno da qualidade do emprego. Os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados na semana passada, mostram algum crescimento do emprego formal em 2019, mas a maioria das vagas é de baixa remuneração. E uma parcela é de postos de trabalho intermitentes.

Na ocasião, as centrais criticaram artigo do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, no qual explicitou seu alinhamento a Jair Bolsonaro, cujo governo estaria fazendo as "reformas" necessárias ao país. "A defesa da indústria brasileira é bandeira prioritária da CTB e do movimento sindical brasileiro. Temos consciência de que a indústria é o carro chefe do desenvolvimento nacional. O atual presidente da Fiesp não está sintonizado com esta luta, ao contrário apoia a política entreguista do governo da extrema direita, que acelera o processo de desindustrialização e desnacionalização da nossa economia", argumentou o presidente da CTB, Adilson Araújo.